

ÍNDICE

Introdução	5
1. O início de vigência e a aplicação no tempo	7
2. A sistematização do diploma	8
3. A relação com a Diretiva 2014/17/UE e com o regime da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativos a contratos de crédito	9
4. Um panorama da Diretiva 2014/17/UE	10
5. Os diplomas revogados e alterados	16
6. A técnica legislativa	17
7. O âmbito do Regime	19
8. As regras sobre o conteúdo dos contratos, em especial sobre preços (taxa de juro e não só)	23
9. As regras sobre publicidade, informação e formação do contrato	28
10. As regras sobre «vendas associadas»	35
11. As regras sobre avaliação da solvabilidade dos consumidores	38

12. As regras sobre avaliação dos imóveis	45
13. As regras sobre certos arrendamentos dos imóveis hipotecados	46
14. As regras sobre financiamentos em moeda estrangeira	47
15. As regras sobre financiamentos a taxa variável	51
16. As regras sobre a execução dos contratos	52
17. Outras regras com incidência nos contratos	58
18. As especialidades dos contratos de locação financeira	61
19. A promoção do recurso a meios alternativos de resolução de litígios e a regulação da apresentação de reclamações pelos consumidores ao Banco de Portugal	62
20. Outras regras sobre o «funcionamento» dos mutuantes	63
21. O prazo para a regulamentação do Regime pelo Governo	72
22. Os poderes e deveres do Banco de Portugal	73
23. As regras sancionatórias	76
24. O que resta do «Regime Jurídico de Concessão de Crédito à Habitação Própria»	77
25. Comentários finais	80